



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA  
DIRETORIA DE GESTÃO  
GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA E NEGÓCIOS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/GEINE-EPL/DGE-EPL-EPL

Brasília, 19 de abril de 2022.

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. DO OBJETIVO**

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo apresentar os principais elementos necessários à contratação de serviços técnicos especializados para auxiliar a Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL na elaboração de estudos para estruturação e consolidação de projetos de concessões rodoviárias.

1.2. Os serviços técnicos especializados referem-se ao levantamento e avaliação dos parâmetros de desempenho das vias, em cumprimento às obrigações assumidas nos termos aditivos de relicitação, bem como para a prestação de apoio técnico especializado, no acompanhamento do processo de relicitação, cujas diretrizes estão delineadas na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, referentes aos seguintes lotes rodoviários:

CATSER 4710	<b>ITEM 01:</b> Rodovia Federal BR-040	Trecho BR-040/DF/GO/MG	Extensão: 941,8 Km (novecentos e quarenta e um quilômetros e oitocentos metros)	Quantidade de Monitorações: 03 (três)
	<b>ITEM 02:</b> Rodovia Federal BR-163/MS	Trecho BR-163, Divisa MT/MS a Divisa MS/PR	Extensão: 845,9 Km (oitocentos e quarenta e cinco quilômetros e novecentos metros)	Quantidade de Monitorações: 03 (três)

1.3. A licitação será dividida em 02 (dois) itens, conforme tabela constante acima, facultando-se ao licitante a participação nos dois itens, se for de seu interesse.

**2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar destina-se a subsidiar a contratação de pessoas jurídicas para execução de serviços técnicos especializados, referente a monitoração de trechos das rodovias federais BR-040 e BR-163/MS, perfazendo o total de 1.787,70 Km, dispondo sobre o levantamento e avaliação dos parâmetros de desempenho da via, em cumprimento às obrigações assumidas nos termos aditivos de relicitação, bem como prestação de apoio técnico especializado, no acompanhamento do processo de relicitação.

2.2. A Lei nº 13.448/2017 estabeleceu as diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal. Sendo assim, o Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019, regulamentou o procedimento para a relicitação, estabelecendo que cabe ao Poder Público, a elaboração de novos estudos, condução do processo licitatório, assim como o acompanhamento do processo, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas no termo aditivo da relicitação.

2.3. Assim, exsurge a necessidade de avaliação dos aspectos técnicos de engenharia, considerando todas as obrigações contratuais referentes aos parâmetros de qualidade dos elementos físicos dos sistemas rodoviários e dos procedimentos executivos para a perfeita conclusão dos contratos de concessão das rodovias acima descritas.

2.4. Desta forma, considerando o mandamento expresso no Decreto retromencionado, em consonância com o disposto na Resolução ANTT nº 5.860/2019, o ineditismo e a complexidade do tema, bem como a *expertise* da EPL na estruturação e acompanhamento de projetos de infraestrutura, foi firmado o Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa nº 001/2021 entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a EPL S/A, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União, em 30/4/2021, com o escopo de prestação de apoio técnico da EPL à ANTT no desempenho das atividades relacionadas a empreendimentos de concessão qualificados, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI, para relicitação, incluindo (i) acompanhamento do trabalho de verificação independente, nos termos do Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019; da Resolução ANTT nº 5.860, de 03 de dezembro de 2019, no que couber; e de outros atos normativos específicos sobre a matéria já publicados ou que venham a ser editados pela ANTT, bem como (ii) a contratação de empresa de verificação independente para acompanhar o processo de relicitação, visando dar provimento ao disposto no Decreto nº 9.957/2019, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- I - acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas no termo aditivo da relicitação;
- II - acompanhamento das condições econômico-financeiras da concessionária; e
- III - certificação do cálculo da indenização devida à concessionária.

2.5. A EPL, consoante competência legal, tem por escopo estruturar e qualificar o processo integrado de logística do país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura, de logística e de transportes, assim como prestar serviços na elaboração e estruturação de projetos de infraestrutura, estudos, planejamento e gestão.

2.6. Dentre as atribuições regimentais da Empresa de Planejamento e Logística, destacam-se:

- I - elaborar estudos de curto, médio e longo prazos, necessários para o desenvolvimento de planos estratégicos socioambientais, logísticos e de expansão da infraestrutura;
- II - identificar, planejar e elaborar estudos e projetos de infraestrutura e de mobilidade urbana;
- III - realizar a estruturação jurídica, econômico-financeira e o licenciamento socioambiental de empreendimentos de infraestrutura;

2.7. O artigo 4º, I, do Estatuto da Empresa de Planejamento e Logística preceitua que um de seus objetos é a prestação de serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário.

2.8. Nesse compasso, a consultoria técnica especializada para realização de levantamento e avaliação dos parâmetros de desempenho da via é de suma importância e indispensável para o processo de relicitação. A contratação dos serviços de apoio ao monitoramento, por km, das rodovias é de interesse da ANTT, da EPL e do MInfra, haja vista ser imprescindível à relicitação dos contratos de concessão das rodovias, os quais foram qualificadas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento por requerimento da Pasta Ministerial.

2.9. O escopo do trabalho consiste no acompanhamento dos serviços relacionados à conservação, manutenção, operação e obras do trecho concedido, verificando se estão sendo executados de acordo com os parâmetros de desempenho estabelecidos no Programa de Exploração da Rodovia (PER) para cada Rodovia. Os estudos, ainda, irão auxiliar na apuração de haveres e deveres, possibilitando a realização do encontro de contas final do contrato de concessão, apurando as indenizações pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados, assim como outros créditos e débitos devidos no contrato de concessão.

2.10. Cabe mencionar que o certame será realizado por item como descrito no subitem 1.2, visando ampliar a competição, uma vez que permitirá uma maior participação de empresas interessadas,

possibilitando melhores propostas para a disputa.

2.11. Impende esclarecer que o contratado irá realizar três monitoração, devendo elaborar os 18 (dezoito) produtos abaixo identificados, a cada monitoração, durante a vigência do contrato. Cumpre esclarecer que uma monitoração deve ser realizada no ano de 2022 e duas no ano de 2023, a fim de se assegurar os parâmetros de desempenho assumidos pela concessionária, bem como a observância das normas técnicas previstas para cada projeto, evitando-se atrasos, retrabalhos, impugnações desnecessárias de reequilíbrio econômico-financeiro, levantamento das condições do trecho concedido, de modo a utilizar as informações para fins de indenização ou para formação do novo edital de licitação, além do cumprimento dos padrões de segurança na execução do empreendimento.

2.12. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) visando à padronização e aperfeiçoamento do procedimento sancionatório no âmbito das concessões de rodovias federais disponibiliza, em seu site (<https://portal.antt.gov.br/relatorios-de-monitoracao-padrao>), padrões de relatórios de monitoração a serem seguidos pelas concessionárias de rodovias federais, os quais deverão ser devidamente observados na execução dos serviços.

2.13. Ainda, cabe destacar que em atenção ao que preconiza o art. 34 da Lei 13.303/2016 entende-se oportuno tornar público o valor estimado da contratação, visando aumentar a competitividade do certame, possibilitando às licitantes a formulação de suas respectivas propostas ofertando a melhor e mais completa prestação.

2.14. Desta feita, o certame, nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da EPL e ANTT no que tange ao desempenho das atividades necessárias ao processo de relicitação.

### 3. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA EPL

3.1. Verifica-se que a contratação está alinhada com o planejamento estratégico e com o Plano de Negócios da EPL, o qual prevê, dentre as atividades, a estruturação de projetos de concessão de infraestrutura rodoviária.

3.2. Informa-se, por oportuno, que a demanda foi incluída no Plano Anual de Contratações de 2022, conforme Formulário de Planejamento da Contratação (5210246).

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos técnicos da contratação foram definidos considerando a complexidade dos serviços a serem prestados, de forma a assegurar que não haja limitação da competição no certame. Nesse sentido, buscou-se definir os parâmetros necessários e indispensáveis à consecução dos serviços do futuro contrato.

4.2. Para tanto a atividade técnica deverá ser compatível com o objeto social da empresa, experiência e capacidade técnica e operacional do seu quadro técnico profissional, como a seguir passa a ser delineado:

4.2.1. **Qualificação Técnica Operacional:** deverão ser apresentadas certidões, declarações ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução pela empresa dos seguintes serviços:

4.2.2. - **Item 01 - Rodovia Federal BR-040:** Uma experiência na monitoração de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros de trechos de rodovias federais OU na elaboração de estudos de fiscalização ou monitoramento de infraestrutura no setor de infraestrutura rodoviária. Admitir-se-á o somatório de atestados para comprovação da quilometragem; E

4.2.3. - Comprovação de registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

4.2.4. - **Item 02 - Rodovia Federal BR-163/MS:** Uma experiência na monitoração de 350 (trezentos e cinquenta) quilômetros de trechos de rodovias federais OU na elaboração de estudos de fiscalização ou monitoramento de infraestrutura no setor de infraestrutura rodoviária. Admitir-se-á o somatório de atestados para comprovação da quilometragem; E

4.2.5. - Comprovação de registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

4.2.6. **Qualificação Técnica Profissional:** Será exigida a indicação de um Coordenador Geral que deverá apresentar certidões, declarações ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:

4.2.7. - 5 (cinco) Anos de Experiência na elaboração de estudos de fiscalização ou monitoramento de infraestrutura no setor de infraestrutura rodoviária OU nos serviços relativos à monitoração de trechos de rodovias federais;

4.2.8. - Diploma de graduação em engenharia civil, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;

4.2.9. - Comprovação de registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

4.3. Entende-se que os requisitos estabelecidos não restringem a competição e, simultaneamente, são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem cumpridas no contrato a ser firmado.

4.4. Por oportuno, veda-se a participação de empresas contratadas em concessões promovidas pelo Poder Concedente, assim como das empresas que, eventualmente, atuaram nos trechos concedidos como concessionária ou subcontratada da concessionária.

4.5. Para fins de comprovação do tempo de experiência necessário, serão contabilizados apenas os dias sucessivos explicitamente descritos nos respectivos atestados, certidões ou declarações.

4.6. Prazos concomitantes ou dias sobrepostos não serão considerados para a contagem do tempo de experiência necessário.

4.7. Caso o licitante opte por participar dos dois certames, deverá apresentar os atestados, certidões ou declarações para cada item.

#### 4.8. **Subcontratação**

4.8.1. A subcontratação será possível para os serviços técnicos especializados que demandem instrumentação específica, tendo em vista a especificidade da matéria, com vistas a oportunizar uma maior variedade de arranjos internos das licitantes e o consequente aumento do número de empresas interessadas. Desta forma, pode-se ampliar a competição e a possibilidade de ajustes empresariais, beneficiando o processo licitatório, sem que se incorra em riscos à qualidade dos trabalhos.

4.8.2. Os serviços reputados como essenciais ao desenvolvimento dos estudos técnicos não serão passíveis de subcontratação, devendo ser elaborados pela equipe técnica da contratada, cujos termos serão delineados no Projeto Básico.

4.8.3. Não obstante, veda-se a subcontratação de empresas que atuaram nos trechos concedidos como concessionária ou subcontratada da concessionária.

#### 4.9. **Possibilidade de formação de consórcios**

4.9.1. Permite-se a participação de pessoas jurídicas em consórcio, a fim de aumentar o número de participantes, limitadas a 2 (duas) empresas, visando não tornar restrito o universo de possíveis interessados individuais.

#### 4.10. **Propriedade Intelectual**

4.11. Deve-se consignar, nas regras editalícias, que sejam cedidos à EPL os direitos autorais e patrimoniais relativos aos produtos resultantes da prestação dos serviços e a utilização dos produtos pela EPL e Poder Concedente.

### 5. **ANÁLISE DE MERCADO**

5.1. Após análise de mercado, constatou-se que, em 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT lançou certame similar ao pretendido por esta estatal, consubstanciado no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2019 (<https://antt->

[hml.antt.gov.br/licitacoes/-/asset\\_publisher/Cdho1vuHWYzJ/content/id/399195](https://hml.antt.gov.br/licitacoes/-/asset_publisher/Cdho1vuHWYzJ/content/id/399195)), objetivando a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, celebrando-se, ao final o Contrato Administrativo nº 050/2019 ([https://antt-hml.antt.gov.br/documents/316728/0/10\\_Contrato\\_n\\_0502019.pdf/4e7327ab-9884-0377-02e5-b216c38e55f0](https://antt-hml.antt.gov.br/documents/316728/0/10_Contrato_n_0502019.pdf/4e7327ab-9884-0377-02e5-b216c38e55f0)), com o Consórcio Ceppla-Alta-Ambiente Brasil.

5.2. Na contratação similar acima mencionada, identificou-se a participação de 45 (quarenta e cinco) empresas, consoante demonstra a ata do pregão eletrônico (5137852). Para o processo administrativo desta estatal, nessa etapa inicial, foram enviados e-mails a 10 (dez) empresas atuantes no setor, vocacionadas ao objeto da contratação (5139827), solicitando uma cotação estimativa para a realização dos serviços delineados no Anexo I - Memorial Descritivo (5123003).

## **6. METODOLOGIA PARA ESTIMAR O VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para estimar o valor da contratação, a EPL elaborou orçamento detalhado referencial para cada rodovia a ser estudada (5276828; 5276835), consignando o valor final para as três monitorações a serem realizadas. Ainda utilizou os orçamentos remetidos pelas empresas no âmbito do Processo Administrativo 50840.101535/2021-16 (5150388), tendo em vista as novas diretrizes internas para o certame.

6.2. Cabe pontuar que a utilização dos orçamentos referenciais não causam nenhum prejuízo ao processo em andamento, uma vez que não houve qualquer mudança nos trechos rodoviários a serem estudados e valores estimados, que inicialmente seriam objeto de credenciamento.

6.3. Nesse sentido, a metodologia utilizada para orçamentação estimativa para o programa de monitoramento, considerou:

### **6.3.1. 1) Cadastro do tipo vídeo-registro (itens 15 e 18 da planilha 5123003)**

6.3.1.1. O cadastro consiste na realização de levantamento de campo, com equipamento próprio (câmeras com cobertura para visualização em 360 graus, com fotos georreferenciadas a cada 10 metros de percurso).

6.3.1.2. Posteriormente ao cadastro, são elaboradas planilhas com a geolocalização de cada elemento presente na rodovia, bem como do km inicial, km final e respectivas extensões lineares.

6.3.1.3. Também é possível gerar desenhos em formato Autocad, bem como *shapefiles* para visualização e quantificação dos elementos a partir de plataformas de desenho ou plataformas GIS.

6.3.1.4. Foi considerada a filmagem nos dois sentidos nas rodovias troncais, bem como em um sentido de todas as vias marginais e alças de dispositivos de retorno/entroncamento.

### **6.3.2. Equipamento utilizado:**

6.3.2.1. carro equipado com hodômetro, GPS e sistema integrado de câmeras que faz a captura de imagens em 360º ao longo de todo o traçado da via, semelhante ao Google Street View®.

### **6.3.3. Serviços:**

6.3.3.1. Fotos/filmes gerados a partir do levantamento em campo: entrega medida em km de pista capturado;

6.3.3.2. Arquivos pós processados em escritório (planilhas e desenhos): entrega medida por km de pista cadastrado.

### **6.3.4. Forma de apuração dos preços unitários:**

6.3.4.1. Cotação de mercado, de set/2020 atualizados para data-base set/2021 pelo índice IPCA.

### **6.3.5. 2) Análise da qualidade e as atuais condições da Pista de Rolamento e Acostamento (item 6 da planilha 5123003)**

6.3.6. Consiste em levantamentos de campo com equipamentos específicos (IRI, FWD, IGG, ICP e Atrito), e elaboração de análises sobre o atendimento aos padrões do PER.

6.3.7. Foram considerados os levantamentos da seguinte forma:

- a) **IRI:** em todas as faixas de rolamento das rodovias troncais, vias marginais e alças de dispositivos de retorno/entroncamento;
- b) **FWD:** em todas as faixas de rolamento das rodovias troncais e vias marginais;
- c) **Visuais (IGG, ICP):** em todas as faixas de rolamento das rodovias troncais, acostamentos, vias marginais e alças de dispositivos de retorno/entroncamento.
- d) **Atrito:** nas faixas de rolamento das rodovias troncais e vias marginais.
- e) **Equipamento utilizado:** carro equipado com os aparelhos específicos necessários para os levantamentos citados.

6.3.8. **Serviços:**

6.3.8.1. Levantamentos de campo;

6.3.8.2. Processamento dos dados em planilhas;

6.3.8.3. Análises dos resultados.

6.3.9. **Forma de apuração dos preços unitários:**

6.3.9.1. Cotação de mercado, de set/2020 atualizados para data base set/2021 pelo índice IPCA e Tabela TPU DER-SP de set/2021.

6.3.10. **3) Itens 1; 2; 7; 11; 12; 13 e da planilha 5123003**

6.3.10.1. Para estimativa dos custos, foram estimados os tempos de trabalho, em meses, necessários para profissionais (engenheiros) realizarem as tarefas pretendidas, considerando o aproveitamento, em grande parte, dos dados e produtos coletados ou elaborados nos levantamentos de campo específicos de pavimento.

6.3.11. **Forma de apuração dos preços unitários:**

6.3.11.1. Tabela de Preços de Engenharia Consultiva do SICRO/DNIT, de jul/2021 atualizados para data base set/2021 pelo índice de Consultoria (Supervisão e Projetos) do DNIT.

6.3.12. **4) Demais serviços (itens 3; 4; 5; 8; 9; 10; 14 e 16 da planilha 5123003)**

6.3.12.1. Para cálculo dos custos, foram estimados os tempos de trabalho de campo e de escritório, em meses, necessários para os profissionais realizarem as tarefas pretendidas, considerando o levantamento de dados, processamento, análises e elaboração de produtos.

6.3.13. **Forma de apuração dos preços unitários:**

6.3.13.1. Tabela de Preços de Engenharia Consultiva do SICRO/DNIT, de jul/2021 atualizados para data base set/2021 pelo índice de Consultoria (Supervisão e Projetos) do DNIT.

6.4. Ainda, foram solicitadas cotações de preços junto as empresas Planos Engenharia, Pavesys, Dynatest, Copavel, Egis, Road Runner, Houer Concessões, Systra, ATP-Future, Egetra e Imtraff para a realização do escopo completo previsto nesta contratação, consoante Memorial Descritivo para a elaboração dos estudos (5123003), obtendo-se os orçamentos referenciais constantes nos e-mails anexos (5150388).

6.5. Ademais, o valor da contratação será fixado por Km estimando-se o custo total por quilômetro no importe de R\$ 6.065,58 (seis mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

6.6. Os serviços serão remunerados, exclusivamente por produto entregue, na forma de relatório técnico, juntamente com o arquivo digital contemplando todas as informações levantadas no período, sendo este o instrumento final de aferição para pagamento, de forma a atender integralmente as exigências estabelecidas no Projeto Básico.

**7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (GLOBAL E PREÇOS REFERENCIAIS POR PRODUTO)**

7.1. Nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016, com o objetivo de aumentar a competitividade do certame e possibilitar às licitantes a formulação de suas respectivas propostas, entende-se ser o caso de tornar público o valor estimado da contratação (global e por produto), por cada item.

7.2. Assim, conforme metodologia disposta no item 6 deste Estudo, os valores estimados por produtos da contratação, considerando a realização das 3 (três) monitorações são os seguintes:

**7.2.1. BR-040**

Item	Atividade / Produto	Qtde.	Valor Orçado EPL (R\$)
1	Analisar se as ações de manutenção rodoviária foram realizadas conforme o Anexo I do Termo Aditivo de relicitação, analisando, inclusive, a documentação comprobatória	3	350.526,29
2	Verificação da última ocorrência de recuperação e manutenção dos pavimentos na Pista de Rolamento e/ou Acostamentos	3	350.526,29
3	Inspeção das condições gerais de Terraplenos e Estruturas de contenção	3	395.700,64
4	Inspeção da Base do Pavimento da Pista de Rolamento e Acostamentos	3	609.407,77
5	Inspeção do Revestimento Asfáltico na Pista de Rolamento e Acostamentos	3	609.407,77
6	Análise da qualidade e as atuais condições da Pista de Rolamento e Acostamentos	3	3.364.086,54
7	Identificação e coleta de informações e documentos acerca do Plano de Manutenção e Conserva Rodoviária da empresa concessionária	3	350.526,29
8	Inspeção e avaliação das condições de Conserva do canteiro central e Faixa de Domínio	3	395.700,64
9	Inspeção e avaliação das condições de Conserva das Cercas existentes na Faixa de Domínio;	3	395.700,64
10	Verificação in loco a situação da manutenção rodoviária, relativas à conservação das Pistas de Rolamento, dos Acostamentos, das obras de drenagem superficial e profunda, das obras de arte correntes, da faixa de domínio, obras de arte especiais, das interseções	3	1.201.076,37
11	Avaliação do Índice de Condição de Manutenção (ICM), verificando o Índice do Pavimento (IP) e a Condição da Conservação (IC)	3	350.526,29
12	Análise dos critérios de cálculo das avaliações do IP, IC e de Cálculo e de classificação do ICM	3	350.526,29
13	Apresentação de relatório situacional de regularidade fundiária da faixa de domínio	3	350.526,29
14	Identificação de passivos ambientais, situação das licenças ambientais e dos Programas Ambientais previstos	3	1.559.137,43
15	Cadastro completo dos elementos (imagens decorrentes do vídeo registro)	3	950.343,86
16	Cadastro detalhado de alças de dispositivos e marginais existentes	3	609.407,77
17	Minuta de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens - TATB	3	350.526,29
18	Entrega de arquivo de desenho (dwg) e planilhas georreferenciados com legenda e simbologia adequada - decorrentes do levantamento de cadastro por vídeo registro	3	2.967.940,06
	<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>R\$ 15.511.593,53</b>

**7.2.2. BR-163**

Item	Atividade / Produto	Qtde.	Valor Orçado
------	---------------------	-------	--------------

			EPL (R\$)
1	Analisar se as ações de manutenção rodoviária foram realizadas conforme o Anexo I do Termo Aditivo de relicitação, analisando, inclusive, a documentação comprobatória	3	350.526,29
2	Verificação da última ocorrência de recuperação e manutenção dos pavimentos na Pista de Rolamento e/ou Acostamentos	3	350.526,29
3	Inspeção das condições gerais de Terraplenos e Estruturas de contenção	3	400.593,64
4	Inspeção da Base do Pavimento da Pista de Rolamento e Acostamentos	3	613.911,37
5	Inspeção do Revestimento Asfáltico na Pista de Rolamento e Acostamentos	3	613.911,37
6	Análise da qualidade e as atuais condições da Pista de Rolamento e Acostamentos	3	2.628.484,91
7	Identificação e coleta de informações e documentos acerca do Plano de Manutenção e Conserva Rodoviária da empresa concessionária	3	350.526,29
8	Inspeção e avaliação das condições de Conserva do canteiro central e Faixa de Domínio	3	400.593,64
9	Inspeção e avaliação das condições de Conserva das Cercas existentes na Faixa de Domínio;	3	400.593,64
10	Verificação in loco a situação da manutenção rodoviária, relativas à conservação das Pistas de Rolamento, dos Acostamentos, das obras de drenagem superficial e profunda, das obras de arte correntes, da faixa de domínio, obras de arte especiais, das interseções	3	1.214.498,67
11	Avaliação do Índice de Condição de Manutenção (ICM), verificando o Índice do Pavimento (IP) e a Condição da Conservação (IC)	3	350.526,29
12	Análise dos critérios de cálculo das avaliações do IP, IC e de Cálculo e de classificação do ICM	3	350.526,29
13	Apresentação de relatório situacional de regularidade fundiária da faixa de domínio	3	350.526,29
14	Identificação de passivos ambientais, situação das licenças ambientais e dos Programas Ambientais previstos	3	1.574.524,43
15	Cadastro completo dos elementos (imagens decorrentes do vídeo registro)	3	853.573,87
16	Cadastro detalhado de alças de dispositivos e marginais existentes	3	613.911,37
17	Minuta de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens - TATB	3	350.526,29
18	Entrega de arquivo de desenho (dwg) e planilhas georreferenciados com legenda e simbologia adequada - decorrentes do levantamento de cadastro por vídeo registro	3	2.665.725,74
	<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>R\$ 14.434.006,68</b>

## 8. SOLUÇÃO, PARCELAMENTO E INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

8.1. Trata-se de contratação de serviço técnico especializado, não continuado e sem dedicação exclusiva de mão-de-obra. Nesse sentido, entende-se que o serviço a ser prestado é especializado, tendo em vista a alta complexidade técnica para elaboração de seu objeto.

8.2. Desta feita, consoante preceitua o art. 32, II, da Lei 13.303/2016 o parcelamento do objeto é a medida que se impõe para o certame em tela visando ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala.

8.3. Por oportuno, como já amplamente consignado em linhas pretéritas a divisão em itens busca propiciar uma maior competitividade entre os participantes, evitando concentração em uma única empresa e permitindo a busca de uma melhor relação custo/benefício entre as propostas. Esta divisão encontra amparo na Lei 13.303/2016, em seu Artigo 32, II:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:



(...)

III - parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II;

(...)

8.4. Cabe esclarecer que o presente processo licitatório será na forma de Regime de Contratação da Estatal (RCE), nos termos do art. 44, II do Regulamento de Licitações da Empresa de Planejamento e Logística S.A.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1. Almeja-se com a contratação dar cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.957/2019, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- I - acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas no termo aditivo da relicitação;
- II - acompanhamento das condições econômico-financeiras da concessionária; e
- III - certificação do cálculo da indenização devida à concessionária.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

10.1. Não há providências a serem adotadas.

## **11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

11.1. A contratada deverá adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, e demais legislações vigentes ou que venham a existir nas esferas municipal, estadual e federal, assim como utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

12.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

## **13. PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRETENSO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

13.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, nos termos de dispositivo a ser estabelecido no Projeto Básico da pretensa contratação.

## **14. ÁREA REQUISITANTE**

14.1. Gerência de Inteligência e Negócios (GEINE/DGE/EPL).

## **15. REQUISITOS DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

15.1. A CONTRATADA deverá observar, na execução do objeto contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto nº 7.746/12 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## **16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Diante de todo o exposto, a equipe técnica atesta a viabilidade da contratação.

## **17. NECESSIDADE DE SIGILO**

17.1. Não foi identificada a necessidade de classificar o Estudo Preliminar Técnico como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011, e, visando a aumentar a competitividade do certame, entende-se ser o caso de publicar o valor estimado da licitação, conforme descrito neste documento, nos termos do artigo 34 da Lei nº 13.303/2016.

## **18. RESPONSÁVEIS**

18.1. Submeto o presente Estudo Técnico Preliminar da Contratação para aprovação da Gerência de Licitações e Contratos.

**JOÃO PAULO BITTAR HAMÚ NOGUEIRA**  
Equipe de Planejamento da Contratação

**SANTI FERRI**  
Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Bittar Hamú Nogueira, Gerente**, em 19/04/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Santi Ferri, Gerente**, em 19/04/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5485280** e o código CRC **BCE22385**.



Referência: Processo nº 50840.100120/2022-14



SEI nº 5485280

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: (61) 3426-3719 - [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)